

MARÇAL JUSTEN FILHO  
MARCO AURÉLIO DE BARCELOS SILVA

*Coordenadores*

DIREITO DA INFRAESTRUTURA  
ESTUDOS DE TEMAS RELEVANTES

- Arbitragem
- Concessões
- Contratos
- Desinvestimento estatal
- Mobilidade urbana
- Obras públicas
- PMI
- Regulação
- Transformação digital

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

© 2019 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Dellino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (in memoriam)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

D598 Direito da Infraestrutura: estudos de temas relevantes / Marçal Justen Filho, Marco Aurélio de Barcelos Silva (Coord.) – Belo Horizonte: Fórum, 2019.

417p.; 14,5 cm x 21,5 cm  
ISBN: 978-85-450-0672-5

I. Direito Administrativo. 2. Direito da Infraestrutura. I. Justen Filho, Marçal. II. Silva, Marco Aurélio de Barcelos. III. Título.

1151294

CDD 341.3  
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JUSTEN FILHO, Marçal; SILVA, Marco Aurélio de Barcelos (Coord.). *Direito da Infraestrutura: estudos de temas relevantes*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 417p. ISBN 978-85-450-0672-5.

## SUMÁRIO

---

**CONSENSUALIDADE NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE  
CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**

<b>ALINE LÍCIA KLEIN</b> .....	17
1 Introdução .....	17
2 A incompletude contratual .....	18
3 As alterações contratuais.....	20
4 Limites dos acordos nos contratos de concessão .....	22
5 As revisões quinquenais nos contratos de concessão de rodovias federais .....	27
6 A celebração de acordos que envolvem terceiros .....	28
7 A possibilidade de ampla participação no processo de revisão.....	29
8 O reforço da consensualidade pela LINDB.....	30
9 Conclusão .....	30
Referências .....	31

**INFRAESTRUTURA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**

<b>ANDRÉ GUSKOW CARDOSO</b> .....	33
1 Considerações iniciais .....	33
2 A infraestrutura digital .....	33
2.1 Infraestrutura física .....	34
2.2 Infraestrutura digital.....	34
3 Transformação digital: a evolução em curso .....	34
3.1 A evolução tecnológica: principais aspectos.....	35
3.2 Alguns exemplos de tecnologias inerentes à transformação digital .....	35
3.2.1 <i>Big Data</i> : coleta e processamento de grandes volumes de dados .....	36
3.2.2 Inteligência artificial (AI) .....	36
3.2.3 Tecnologias baseadas em <i>blockchain</i> .....	37
3.2.4 Internet das coisas (IoT).....	37
3.2.5 Segurança cibernética ( <i>cibersecurity</i> ).....	38
3.3 Relevância do tema .....	38
3.4 Desenvolvimento da infraestrutura digital como premissa para a transformação digital .....	39
4 O papel do Estado .....	39
4.1 Relevância da atuação estatal para a transformação digital.....	40
4.1.1 Desenvolvimento das infraestruturas necessárias.....	40
4.1.2 Aspectos regulatórios.....	41

4.2	Alguns exemplos de outros países .....	42
4.3	A posição da OCDE (OECD) .....	43
4.4	A situação no Brasil .....	44
4.5	A importância da transformação digital para a atuação e funcionamento do Estado .....	45
5	Considerações conclusivas .....	45
	Referências .....	46

## INTERFERÊNCIA RECÍPROCA ENTRE OS SETORES AEROPORTUÁRIO E AEROVIÁRIO E SEUS IMPACTOS CONCORRENCIAIS

<b>CARLOS DA COSTA E SILVA FILHO</b> .....	47
Introdução .....	47
1 Contextualizando .....	48
1.1 O cenário legislativo atual.....	48
1.2 Visão do mercado aeroportuário brasileiro .....	49
2 O sistema aeronáutico .....	50
2.1 A relação entre a infraestrutura aeroportuária e a atividade de transporte aéreo regular de passageiros e carga.....	50
2.2 Regulação econômica da atividade aeroportuária.....	53
3 Interface entre aeroportos e empresas aéreas .....	55
3.1 Alocação de <i>slots</i> .....	55
3.2 Integração vertical .....	58
3.3 Inovações da 5ª Rodada de Concessões (2018/2019).....	59
Conclusão .....	61
Referências .....	61

## ARBITRAGEM E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

<b>CESAR PEREIRA</b> .....	63
1 Introdução .....	63
2 Objeto do estudo .....	64
3 O desenvolvimento da jurisprudência .....	64
4 O cabimento da arbitragem em face de atos de autoridade.....	66
5 Distinções necessárias: arbitrabilidade, escopo da convenção e sindicabilidade .....	68
5.1 Arbitrabilidade.....	68
5.2 Escopo da convenção de arbitragem .....	69
5.3 Representação gráfica .....	70
6 Sindicabilidade.....	71
7 Função administrativa e arbitragem .....	71
7.1 Arbitragem e regulação.....	72
7.2 Arbitragem e normas de ordem pública .....	73

8	Arbitragem, Administração Pública e Poder Judiciário.....	74
8.1	Descabimento da autotutela (Súmula STF nº 473) .....	74
8.2	Arbitragem e processo administrativo.....	76
8.3	Escolha da instituição pela Administração Pública .....	77
9	Arbitragem e controle externo .....	82
9.1	Limites da atuação do controle externo .....	82
9.2	A resistência inicial.....	84
9.3	Controle externo e o princípio da competência-competência .....	84
9.4	Evolução da orientação: controle da conduta prévia e posterior à arbitragem.....	85
9.5	O controle externo e a Lei da Segurança para a Inovação Pública (Lei nº 13.655) .....	85
9.6	Preservação do agente público honesto e o art. 40 da Lei nº 13.140.....	86
	Referências .....	87

## O MODELO FIDIC *SILVER BOOK*® DE CONTRATO EPC/TURN KEY

<b>DANIEL SIQUEIRA BORDA, FELIPE HENRIQUE BRAZ.....</b>	<b>89</b>	
1	Obras de infraestrutura e os contratos de EPC.....	89
2	Linhas gerais sobre o contrato de EPC .....	91
2.1	Natureza jurídica .....	91
2.2	Características .....	92
3	FIDIC <i>Silver Book</i> ®: condições contratuais para projetos de EPC e <i>Turn key</i> .....	93
3.1	Sobre a FIDIC® .....	93
3.2	Sobre o <i>Silver Book</i> ® ( <i>Conditions of Contract for EPC/Turn key Projects</i> ) e algumas de suas regras contratuais mais relevantes .....	94
3.2.1	Disposições gerais (“1 <i>General Provisions</i> ”) .....	94
3.2.2	A contratante (“2 <i>The Employer</i> ”) .....	95
3.2.3	A “empreiteira” (“4 <i>The Contractor</i> ”) .....	96
3.2.4	Design (“5 <i>Design</i> ”) .....	98
3.2.5	Plantas, materiais e mão de obra (“7 <i>Plants, Materials and Workmanship</i> ”).....	99
3.2.6	Início, atrasos e suspensão (“8 <i>Commencement, Delays and Suspension</i> ”).....	100
3.2.7	Alterações contratuais (“13 <i>Variations and Adjustments</i> ”) .....	100
3.2.8	Preço contratual e pagamento (“14 <i>Contract Price and Payment</i> ”) .....	101
3.2.9	Hipóteses de extinção e suspensão contratual (“15. <i>Termination by Employer</i> ” e “16 <i>Suspension and Termination by Contractor</i> ”).....	101
3.2.10	Eventos extraordinários (“18 <i>Exceptional Events</i> ”) .....	102
3.2.11	Seguros (“19 <i>Insurance</i> ”) .....	102
3.2.12	Disputas e arbitragem (“21 <i>Dispute and Arbitration</i> ”).....	103
4	Considerações finais .....	104
	Referências .....	105

## MARCO JURÍDICO DO SANEAMENTO BÁSICO. GESTÃO INTEGRADA E REGULAÇÃO PELA ANA

<b>FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA</b> .....	107
1 O regime jurídico do saneamento básico .....	107
1.1 Lei Nacional de Saneamento Básico nº 11.445, de 2007 .....	109
1.2 Lei da Agência Nacional de Águas nº 9.984, de 2000 .....	110
1.3 Medida Provisória nº 868, de 2018 .....	110
1.4 Medida Provisória nº 870, de 2019 .....	111
2 A prestação do serviço público de saneamento básico .....	111
2.1 Princípios fundamentais .....	112
2.2 Titularidade .....	112
2.3 Planejamento .....	114
2.4 Gestão associada .....	115
2.5 Prestação regionalizada .....	117
2.6 Custeio .....	118
3 A regulação da prestação do serviço público de saneamento básico ....	119
3.1 Mecanismo de regulação universal pela ANA .....	119
3.2 Parâmetros das normas de referência nacionais .....	120
3.3 Independência potencial .....	122
4 Conclusão .....	123
Referências .....	123

## A NATUREZA JURÍDICA E O MODELO REGULATÓRIO DO SERVIÇO DE PRATICAGEM NO BRASIL – POSSIBILIDADE E LIMITES DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA REGULAÇÃO ECONÔMICA DA ATIVIDADE

<b>GUILHERME A. VEZARO EIRAS</b> .....	127
1 Introdução .....	127
2 O que é serviço de praticagem .....	128
3 A praticagem como uma das atividades reguladas mais antigas do Brasil .....	129
4 A essencialidade da praticagem para o funcionamento seguro dos portos brasileiros .....	130
5 A natureza jurídica do serviço de praticagem no Brasil .....	132
6 O regime de liberdade de preços e livre negociação .....	133
7 As situações que ensejam a regulação econômica da atividade .....	134
8 A pretensão de fixar preços máximos para o serviço de praticagem .....	135
9 A (in)existência de abuso de posição dominante ou falhas de mercado .....	137
10 Conclusão .....	139
Referências .....	140

## SUBCONTRATAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E CLÁUSULAS “BACK-TO-BACK” NO DIREITO BRASILEIRO

**GUILHERME FREDHERICO DIAS REISDORFER,**

<b>LUÍSA QUINTÃO</b> .....	143
1 Introdução .....	143
2 A subcontratação como realidade inafastável nos contratos públicos .....	144
3 As relações das partes contratantes no “contrato principal” e nos subcontratos.....	144
4 O regime “back-to-back” .....	146
5 Hipóteses mais comuns de previsão de regime “back-to-back” .....	146
6 Vantagens e desvantagens.....	148
7 Questões operacionais e situações práticas .....	149
8 Direito brasileiro – viabilidade, cautelas e recomendações .....	152
Referências .....	156

## ALIENAÇÃO DE ATIVOS DAS EMPRESAS ESTATAIS NOS SETORES DE INFRAESTRUTURA

**JULIANE ERTHAL DE CARVALHO,**

<b>MAYARA GASPAROTO TONIN</b> .....	157
1 Introdução .....	157
2 O fenômeno da estatização no Brasil.....	160
3 As privatizações no Brasil .....	162
4 A eficiência na atuação das empresas estatais.....	163
4.1 O princípio constitucional da eficiência.....	164
4.2 Ausência de conclusão acerca do melhor desempenho das empresas privadas .....	165
4.3 O dever de eficiência das empresas estatais .....	166
5 Alienação de ativos das empresas estatais e eficiência .....	168
6 A elaboração de estudo prévio à alienação de ativos das empresas estatais .....	171
7 Conclusão .....	173
Referências .....	174

## ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA: ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTA A RESPEITO DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – PMI

<b>LAURO CELIDONIO GOMES DOS REIS NETO, MÁRIO SAADI</b> .....	177
1 Introdução .....	177
2 Projetos pretendidos no Município de São Paulo e início da problemática sobre a taxa de conversão de PMIs em projetos contratados .....	180

3	Apofundando a questão sobre a baixa taxa de conversão de PMIs .....	183
4	Uma proposta: a necessária vinculação entre planejamento e PMIs .....	185
5	Conclusão .....	189
	Referências .....	189

## APLICAÇÃO DE EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO ÀS SUBCONTRATAÇÕES NO ÂMBITO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO

<b>LUCAS DE MOURA RODRIGUES</b> .....	191	
1	Concessão e subcontratação (em sentido amplo).....	191
2	Espécies de subcontratação (em sentido amplo).....	192
2.1	Cessão de concessão .....	192
2.2	Subconcessão.....	192
2.3	Subcontratação (em sentido restrito): objeto do presente trabalho .....	193
3	Subcontratação (em sentido restrito): relação de Direito Privado ou de Direito Administrativo? .....	193
3.1	Contrato administrativo.....	193
3.2	Subcontratação (em sentido restrito) como relação de Direito Privado (art. 25, §2º, da Lei nº 8.987/1995) .....	196
4	Aplicação da exceção de contrato não cumprido.....	196
4.1	Aplicação da exceção de contrato não cumprido em concessão.....	197
4.2	Aplicação da exceção de contrato não cumprido nas subcontratações (em sentido restrito) em concessão .....	198
4.3	Entendimento jurisprudencial sobre o regime jurídico aplicável às subcontratações (em sentido restrito) em concessão .....	200
4.4	Críticas ao entendimento jurisprudencial sobre o regime jurídico aplicável às subcontratações (em sentido restrito) em concessão.....	201
5	Conclusões.....	202
	Referências .....	203

## GARANTIA CONTRATUAL EM CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

<b>MARÇAL JUSTEN FILHO</b> .....	205	
1	A exigência de garantia nos contratos de concessão de serviço público .....	205
2	O instituto da garantia contratual .....	205
2.1	A ilimitação da responsabilidade patrimonial.....	205
2.2	A ausência de coexistência necessária dos dois aspectos.....	206
2.3	Garantias pessoais e garantias reais.....	207
3	A responsabilidade do particular em face da Administração.....	207
4	As contratações administrativas.....	208



4.1	Os contratos administrativos de colaboração .....	208
4.2	Os contratos administrativos de delegação .....	209
5	Os contratos de colaboração e a garantia contratual.....	210
5.1	O requisito de participação na licitação .....	210
5.2	A previsão de garantia no tocante ao contrato na Lei nº 8.666.....	210
5.3	As finalidades buscadas.....	211
5.4	O precedente do TCU .....	212
6	As Leis sobre concessão e a garantia contratual .....	213
6.1	A disciplina da Lei nº 8.987/1995.....	214
6.2	A disciplina da Lei nº 11.079/2004.....	214
6.3	A ausência de aplicação direta da Lei nº 8.666.....	215
6.4	Ainda a orientação estritamente literal.....	216
7	A interpretação lógico-sistemática .....	217
7.1	Os contratos de concessão e as garantias contratuais.....	217
7.2	A inaplicabilidade da concepção de “Project Finance” .....	217
7.3	A questão do prazo para amortização dos investimentos .....	219
7.4	A necessidade de flexibilidade quanto ao tema.....	220
7.5	Ainda a incompletude dos contratos de concessão.....	220
7.6	Ainda a constante renegociação das condições.....	220
8	Conclusão: a ausência de soluções uniformes e predeterminadas .....	220

## A REVISÃO DA REGULAÇÃO DA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA DE PEQUENO PORTE

### MARÇAL JUSTEN NETO, CAMILA BATISTA RODRIGUES COSTA...223

1	Introdução .....	223
2	O setor elétrico brasileiro .....	224
3	A geração distribuída .....	225
3.1	A geração distribuída de pequeno porte.....	225
3.2	A energia autoconsumida e a energia injetada.....	226
3.3	A geração local e a geração remota.....	226
3.4	Os benefícios da geração distribuída .....	227
3.5	O sistema de compensação de energia elétrica.....	228
3.6	Remuneração da rede e tarifas .....	229
3.7	Os resultados atingidos pela regulação .....	229
4	A alteração da regulação .....	230
4.1	A necessidade de revisão da regulação.....	230
4.2	A constante revisão da regulação.....	231
4.3	Os problemas da regulação atual .....	232
4.3.1	O impacto sobre o uso da rede de distribuição .....	233
4.3.2	O impacto sobre os demais consumidores .....	234
4.3.3	O impacto sobre a racionalização do consumo .....	235
4.4	As alterações propostas.....	235

4.5	Ainda a necessidade de assegurar a expansão da geração distribuída.....	237
4.6	Outros efeitos da revisão da regulação.....	238
4.7	Regime de transição.....	238
5	Conclusão.....	239
	Referências.....	240

## REFLEXÕES SOBRE OS SISTEMAS COMPARTILHADOS DE MOBILIDADE URBANA E A VIABILIDADE DO CARSHARING

<b>MARINA KUKIELA.....</b>	<b>243</b>	
1	Introdução.....	243
2	Economia do compartilhamento.....	244
3	Compartilhamento de modais alternativos.....	245
3.1	Bicicletas.....	245
3.2	Patinetes elétricos.....	246
4	<i>Carsharing</i> : uma aposta em meio a incertezas.....	247
4.1	Breve histórico.....	247
4.2	Modelos de operação.....	247
4.3	Pioneirismo estrangeiro.....	248
4.4	Experiências nacionais.....	249
4.4.1	Iniciativas em menor escala.....	249
4.4.2	Iniciativas em maior escala com envolvimento direto do Poder Público.....	249
4.4.2.1	Fortaleza.....	250
4.4.2.2	Curitiba.....	250
4.4.2.3	Rio de Janeiro.....	251
4.4.2.4	Breve análise comparativa.....	251
4.5	Vantagens.....	253
4.6	Desafios.....	255
5	O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) como instrumento para reduzir as incertezas.....	257
5.1	Breves noções acerca do PMI.....	257
5.2	Vantagens.....	258
5.3	Inconvenientes.....	259
6	Conclusão.....	260
	Referências.....	261

## OS ACORDOS SUBSTITUTIVOS DE SANÇÃO NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

<b>MÔNICA BANDEIRA DE MELLO LEFÈVRE.....</b>	<b>263</b>	
1	Considerações iniciais.....	263

2	A consagração normativa da consensualidade .....	264
2.1	A abertura à consensualidade .....	264
2.2	A gradativa evolução da consensualidade no ordenamento jurídico.....	265
2.3	A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: consolidação normativa da consensualidade administrativa .....	267
3	Os acordos substitutivos de sanção .....	269
3.1	A competência sancionatória da Administração Pública .....	269
3.2	O cabimento dos acordos substitutivos.....	271
4	Os acordos substitutivos no âmbito de projetos de infraestrutura .....	274
5	Considerações finais .....	277
	Referências .....	278

## ASPECTOS JURÍDICOS AMBIENTAIS E REGULATÓRIOS DO APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DO BIOGÁS: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS MODELOS DE NEGÓCIO

<b>RAFAEL FERREIRA FILIPPIN</b> .....	281	
1	Introdução .....	281
2	O biogás no contexto da transição energética.....	282
3	O contexto normativo aplicável aos empreendimentos de biogás .....	284
4	Outras questões jurídicas específicas .....	291
5	Conclusões.....	295
	Referências .....	295

## LIBERDADE DE PREÇOS NOS TERMINAIS PORTUÁRIOS: O CASO DOS PREÇOS *AD VALOREM*

<b>RAFAEL WALLBACH SCHWIND</b> .....	297	
1	Introdução .....	297
2	Os preços <i>ad valorem</i> .....	298
3	Colocação do problema .....	298
4	Fundamentos que possivelmente levariam à impossibilidade de cobrança de preços <i>ad valorem</i> .....	300
5	Questão prévia: possível incompetência do TCU para a análise da matéria.....	301
6	A questão da técnica de movimentação.....	303
7	A contratação de seguros para avarias.....	304
8	A questão da relação entre valor da mercadoria e custos do serviço.....	305
9	Os preços <i>ad valorem</i> como uma cobrança em duplicidade.....	308
10	A necessidade de se observar os espaços de liberdade assegurados aos terminais portuários: a questão do exercício da política comercial.....	308

10.1	O estabelecimento da liberdade de preços como regra no setor portuário .....	309
10.2	A possibilidade de exercício de política comercial pelos terminais portuários.....	310
10.3	A liberdade empresarial como limite à ingerência administrativa .....	311
10.4	A flexibilidade na fixação de preços e o caso dos preços <i>ad valorem</i> .....	312
11	Possíveis efeitos de uma eventual proibição de cobrança de preços <i>ad valorem</i> .....	313
12	Conclusões.....	314

## A CIDADE PARA AS PESSOAS ATRAVÉS DA ESTAÇÃO DE METRÔ: ÍNDICE DE CAMINHABILIDADE PARA O ENTORNO DA ESTAÇÃO ELDORADO, GRANDE BELO HORIZONTE

<b>RENATA R. NUNES DE CARVALHO,</b>		
<b>PAULA VIEIRA GONÇALVES DE SOUZA.....</b>		<b>315</b>
1	Introdução .....	315
2	Objetivo .....	320
3	Metodologia e métodos .....	321
3.1	Índice de Caminhabilidade: ferramenta (ITDP, 2018) .....	321
4	Revisão de literatura .....	323
5	Resultados e discussão .....	328
6	Conclusões e considerações finais .....	330
	Referências .....	330
	APÊNDICE A .....	334

## A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

<b>RENATA BECKERT ISFER.....</b>		<b>337</b>
1	Introdução .....	337
2	O surgimento da energia elétrica .....	338
3	A federalização do sistema elétrico brasileiro e o Código de Águas de 1934.....	341
4	A estatização do setor elétrico .....	342
5	A “desregulamentação” do setor de energia elétrica e as reformas subsequentes.....	345
6	Conclusão .....	351
	Referências .....	352

## ASPECTOS GERAIS DAS CONCESSÕES DE TRANSPORTE DE GÁS

<b>RODRIGO GOULART DE FREITAS POMBO,</b>		
<b>RICARDO DE PAULA FEIJÓ.....</b>		<b>355</b>
1	Introdução .....	355
2	As regras constitucionais do setor de gás.....	356

3	A cadeia de atividades do setor de gás e seus regimes jurídicos .....	357
4	Os regimes de exploração do transporte de gás .....	358
5	A concessão de transporte de gás .....	359
5.1	A exigência de licitação .....	359
5.2	Objeto da outorga.....	359
5.3	Inexistência de configuração de serviço público.....	360
5.4	A exploração pelo concessionário.....	361
5.5	Prazo .....	363
5.6	Regime de remuneração e equilíbrio econômico-financeiro .....	363
5.7	Regime de bens .....	364
6	Conclusão .....	365
	Referências .....	365

## A CLÁUSULA DE “FITNESS FOR PURPOSE” E SUA APLICABILIDADE NO DIREITO BRASILEIRO

<b>THIAGO FERNANDES MOREIRA, CAIO GABRA.....</b>	<b>367</b>	
1	Introdução .....	367
2	Obrigação de <i>fitness for purpose</i> .....	368
2.1	<i>Common law</i> inglesa.....	369
2.2	Convenção de Viena sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias .....	370
3	Cláusula de <i>fitness for purpose</i> .....	371
4	A proteção à finalidade do produto no Direito da Construção brasileiro.....	374
4.1	Empreitada .....	375
4.2	Prestação de serviç�os .....	377
4.3	Compra e venda .....	378
5	Conclusão .....	379
	Referências .....	379

## NOVA HIPÓTESE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: UMA PROPOSIÇÃO INOVADORA E DEMOCRÁTICA PARA PROJETOS PÚBLICOS DE INFRAESTRUTURA DE GRANDE PORTE

<b>TIAGO BECKERT ISFER .....</b>	<b>381</b>	
	Introdução .....	381
1	Identificação de um <i>wicked problem</i> relacionado aos projetos públicos de infraestrutura de grande porte.....	382
1.1	Importância e compreensão do conceito de <i>wicked problem</i> .....	382
1.2	A identificação de um problema pernicioso .....	383
2	Insuficiência das teorias tradicionais .....	389
3	Inovação na Administração Pública e no Direito .....	391
4	Uma proposição para projetos públicos de infraestrutura de grande porte .....	392

4.1	Formulação inicial .....	392
4.2	Precedentes.....	392
4.3	Justificativa principiológica.....	393
4.4	Benefícios esperados.....	394
4.5	Dificuldades e soluções iniciais .....	395
	Conclusão .....	396
	Referências .....	397

## LIMITES DAS ATRIBUIÇÕES SANCIONATÓRIAS DO CADE FRENTE ÀS DEFINIÇÕES TÉCNICAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

<b>VICTOR HUGO PAVONI VANELLI</b> .....	399	
1	Introdução .....	399
2	CADE e suas atribuições legais.....	400
3	Agências reguladoras e suas atribuições legais.....	401
4	Atribuições regulatórias da União .....	403
4.1	Defesa da ordem econômica e regulação setorial.....	403
4.2	Atribuições conciliáveis e não excludentes.....	403
5	Conflito entre CADE e agências reguladoras: análise de casos .....	404
5.1	O problema.....	404
5.2	Casos diversos.....	405
5.3	Caso concreto envolvendo a ANTAQ.....	406
6	Princípios aplicáveis à limitação das atribuições do CADE .....	408
6.1	Aspectos do Direito Administrativo Sancionador .....	409
6.2	Segurança jurídica .....	410
6.3	Limites das atribuições do CADE.....	411
7	Conclusão .....	413
	Referências .....	413
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	415	